



Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1.979

ANO V

AVULSO:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO:

Artigo único - O artigo 70 da Constituição do Estado do Paraná fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 3º — O funcionário ocupante de cargo cujas atribuições impliquem na execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou de saúde, terá direito a uma gratificação, que será automaticamente incorporada à sua remuneração, correspondente a um terço dos respectivos vencimentos básicos”.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

Apoiamento: Nelson Friedrich, Carlos Zanlorenzi, Deni Schwartz, Nestor Baptista, Renato Bernardi, José Tavares, Del Ciel, Fiori Luiz, José Domingos Scarpelini, Waldyr Pugliesi, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Tadeu Lúcio Machado, Darcy Deitos, Mário Celso, Gernote Kirinus, Adalberto Daros, Pinto Dias, José Domingos, Airton Cordeiro, Túlio Zanchet, Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Há vários decênios, a gratificação de risco de vida e de saúde vinha sendo paga regularmente a todos

os integrantes das Corporações Militares de nosso Estado, bem como a todas as categorias funcionais para cujo exercício de suas funções exigisse desempenho com perigo de vida ou saúde.

Hoje, criou-se tamanho tumulto administrativo em relação a essa matéria, não sendo raro que servidores da mesma categoria, quer em atividade ou inativos, recebam tratamento diverso. Assim, alguns militares, bem como outros servidores, estão recebendo integralmente a gratificação por conta de risco de vida ou saúde, enquanto que outros recebem-na congelada e muitos deles, nada recebem.

Essa situação vem provocando sérios inconvenientes para a Administração, com a proliferação de mandados de segurança impetrados contra o Estado, cujas decisões somente beneficiam aqueles que se socorrem dos meios judiciais para assegurarem os seus direitos. Esse fato faz com que não haja equidade de tratamento e, muitas vezes, deixa de atender os mais carentes de recursos, os quais não podem dispor de qualquer quantia de seu parco orçamento para arcar com as despesas de advogado e custas judiciais.

Inserindo o dispositivo acima em nossa Constituição, estaremos amparando essa Classe de Servidores que vêm prestando reconhecidos serviços à coletividade.